

## **Demonstrações Financeiras**

**Energética Serra da Prata S.A.**

31 de dezembro de 2018  
com Relatório do Auditor Independente

INDICE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	4
BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS .....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES .....	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	10
1. INFORMAÇÕES GERAIS .....	11
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	12
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	18
4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	18
5. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS .....	18
6. TRIBUTOS DIFERIDOS.....	18
7. IMOBILIZADO .....	19
8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	20
9. FORNECEDORES .....	20
10. FINANCIAMENTOS .....	20
11. CONTAS A PAGAR ELETROBRAS.....	21
12. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS .....	22
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	22
14. RECEITA LÍQUIDA .....	22
15. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS) .....	23
16. RESULTADO FINANCEIRO .....	23
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	24
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	24
19. COBERTURA DE SEGUROS .....	27
20. EVENTO SUBSEQUENTE .....	27



Edifício Guimarães Trade  
Av. Tancredo Neves, 1189  
17º Andar - Pituba  
41820-021 - Salvador, BA, Brasil

Tel: (5571) 3501-9000  
Fax: (5571) 3501-9019  
www.ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Energética Serra da Prata S.A.**  
Salvador – BA

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Energética Serra da Prata S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energética Serra da Prata S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Aprovação das demonstrações financeiras e destinações de lucros do exercício anterior**

As demonstrações financeiras da Energética Serra da Prata S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 bem como as destinações do resultado daquele exercício, não foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no artigo 132 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76). As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas no pressuposto de que apesar da ausência da aprovação em Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como as destinações do resultado daquele exercício, foram aprovadas pelos acionistas da Companhia.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 20 de agosto de 2019

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP 015199/O-6

Shirley Nara S. Silva  
Contadora CRC-1BA 022.650/O-0

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.907	7.724	Fornecedores	9	1.733	1.165
Aplicações financeiras	3	4.214	2.961	Financiamentos	10	7.101	7.347
Contas a receber de clientes	4	5.442	5.226	Tributos a recolher		363	350
Outros créditos		299	360	Dividendos a pagar	13.2	25.350	15.021
Total do ativo circulante		<u>16.862</u>	<u>16.271</u>	Contas a pagar Eletrobras	11	13.114	27.383
				Provisão para custos socioambientais	12	1.014	1.014
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Partes relacionadas	8	<u>1.141</u>	<u>84</u>
Cauções e depósitos vinculados	5	10.866	11.361	Total do passivo circulante		<u>49.816</u>	<u>52.364</u>
Partes relacionadas	8	61.547	44.633	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Tributos diferidos	6	1.773	1.441	Financiamentos	10	63.587	70.441
Outros créditos		25	25	Contas a pagar Eletrobras	11	<u>20.664</u>	<u>-</u>
Imobilizado	7	<u>150.022</u>	<u>155.558</u>	Total do passivo não circulante		<u>84.251</u>	<u>70.441</u>
Total do ativo não circulante		<u>224.233</u>	<u>213.018</u>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	13		
				Capital social		87.720	87.720
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><u>241.095</u></u>	<u><u>229.289</u></u>	Reservas de lucros		<u>19.308</u>	<u>18.764</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>107.028</u>	<u>106.484</u>
				<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u><u>241.095</u></u>	<u><u>229.289</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA LÍQUIDA	14	33.496	36.192
CUSTOS DOS SERVIÇOS			
Depreciações	7	(5.539)	(5.530)
Custo de operação		(8.576)	(11.254)
Encargos de uso do sistema de distribuição		(747)	(638)
Total	15	(14.862)	(17.422)
LUCRO BRUTO		18.634	18.770
DESPESAS			
Gerais e administrativas	15	(3.291)	(1.755)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		15.343	17.015
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		4.642	4.179
Despesas financeiras		(5.909)	(6.499)
Total	16	(1.267)	(2.320)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		14.076	14.695
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(3.355)	(2.583)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	6.1	152	(144)
Total	17	(3.203)	(2.727)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		10.873	11.968
Lucro básico e diluído por ação (expressos em reais - R\$)		0,12	0,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	10.873	11.968
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>10.873</u>	<u>11.968</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		87.720	4.654	13.512	-	105.886
Lucro líquido do exercício		-	-	-	11.968	11.968
Constituição de reserva legal		-	598	-	(598)	-
Dividendos propostos	13.2	-	-	-	(11.370)	(11.370)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		87.720	5.252	13.512	-	106.484
Lucro líquido do exercício		-	-	-	10.873	10.873
Constituição de reserva legal		-	544	-	(544)	-
Dividendos propostos	13.2	-	-	-	(10.329)	(10.329)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>87.720</u>	<u>5.796</u>	<u>13.512</u>	<u>-</u>	<u>107.028</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido do exercício		10.873	11.968
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação	7, 15	5.539	5.530
Encargos sobre mútuo (líquido)	8, 16	(3.659)	(2.681)
Valor residual do ativo imobilizado baixado	7	3	18
Juros sobre financiamentos	10.1, 16	5.888	6.395
Juros sobre aplicações financeiras e cauções	16	(983)	(1.498)
Atualização e provisão líquida Eletrobras	11.1	10.177	5.267
Tributos diferidos	6.1	(332)	312
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(216)	(1.065)
Outros créditos		61	83
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		568	(1.670)
Tributos a recolher		1.653	1.309
Contas a pagar Eletrobras	11.1	(3.782)	(3.177)
Partes relacionadas	8	1.057	(109)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.640)	(1.379)
Pagamentos de juros sobre financiamentos	10.1	(5.888)	(6.395)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>19.319</u>	<u>12.908</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisição imobilizado em serviço		(6)	-
Aplicações financeiras, cauções e depósitos vinculados		225	6.026
Partes relacionadas	8	<u>(13.255)</u>	<u>(7.125)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(13.036)</u>	<u>(1.099)</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Dividendos pagos	13.2	-	(2.217)
Pagamento de financiamentos	10.1	<u>(7.100)</u>	<u>(6.676)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(7.100)</u>	<u>(8.893)</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>(817)</u>	<u>2.916</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	7.724	4.808
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	6.907	7.724
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>(817)</u>	<u>2.916</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Energética Serra da Prata S.A. ("Espra" ou "Companhia"), com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, é uma Sociedade de Propósito Específico que tem como objeto social exclusivo explorar o complexo hidrelétrico Serra da Prata, através da construção e exploração de energia elétrica das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas): (i) Cachoeira da Lixa, com capacidade instalada de 14,8MW\*; (ii) Colino 2, com capacidade instalada de 16,0MW\*; e (iii) Colino 1, com capacidade instalada de 11,0MW\*; as quais tiveram suas atividades operacionais iniciadas em maio, julho e setembro de 2008, respectivamente; nos Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu.

A Companhia é controlada pela Enerbrás Centrais Elétricas S.A. ("Enerbrás"), do Grupo Renova (Renova Energia S.A.).

Em 30 de junho de 2004, a energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico Serra da Prata foi objeto de contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado com a Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Por meio desses contratos de compra e venda de energia elétrica, a Espra venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada a longo prazo por um prazo de 20 (vinte) anos. O período de autorização da Espra é de 30 anos a partir de 24 de dezembro de 2003, podendo ser prorrogado por igual período.

PCH	Valor total do contrato R\$ mil	Montante autorizado a ser vendido MWh	Preço MWh		Prazo		Índice de correção	Mês de reajuste
			Contratual R\$	Atualizado R\$	Inicial	Final		
Cachoeira da Lixa	168.009	65.174	121,35	266,28	mai/08	abr/28	IGP-M	junho
Colino 1	149.297	57.903	121,35	266,28	set/08	ago/28	IGP-M	junho
Colino 2	213.370	41.084	121,35	266,28	jul/08	jun/28	IGP-M	junho

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

1.1. Repactuação do risco hidrológico

A Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico, em 15 de janeiro de 2016, referente às PCHs Colino I, Cachoeira da Lixa e Colino II, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de 11,27 R\$/MWh para Colino I e Cachoeira da Lixa e de 13,57 R\$/MWh para Colino II (data-base de janeiro de 2018 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da concessão, dos dois o menor.

O pagamento referente ao risco hidrológico de 2015 das PCHs Colino I e Cachoeira da Lixa foi registrado como adiantamento do prêmio de seguro para pagamento até 30 de junho de 2020.

No exercício de 2018, foi reconhecido no resultado o montante de R\$1.973 (R\$1.376 em 2017), referente ao prêmio do risco hidrológico repactuado contabilizado como custo de operação (Nota 15).

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

### 2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foram aprovadas pelos Acionistas em 20 de agosto de 2019.

### 2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

#### 2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos (nota explicativa 18)

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

#### Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia.

#### a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de

investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa 3);
- Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa 5); e
- Transações com partes relacionadas (nota explicativa 8).

b) Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia possui e mantém classificado nesta categoria é o contas a receber de clientes (nota explicativa 4).

c) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores (nota explicativa 9);
- Financiamentos (nota explicativa 10); e
- Contas a pagar Eletrobras (nota explicativa 11).

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

### 2.3.2. Ativo imobilizado

#### 2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

#### 2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do

dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12 emitida pela ANEEL pelo fato da Administração entender que essas taxas de depreciação refletem a melhor estimativa de vida útil dos ativos e, portanto, são utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

### 2.3.3. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

### 2.3.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

### 2.3.5. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo das contraprestações recebidas ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda de energia elétrica gerada é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento e medição. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

### 2.3.6. Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pela legislação tributária, a Espra optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

#### 2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessas demonstrações financeiras estão listados a seguir:

##### 2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

##### 2.4.2. Provisão para custos socioambientais

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras provisão para custos socioambientais baseado em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com as exigências regulatórias e ambientais de projetos incorridos. A análise quanto aos valores envolvidos nesta estimativa foi realizada pela equipe interna de especialistas ambientais da Companhia baseado em fontes de informações internas e externas as quais envolvem julgamentos. Os detalhes dessa provisão estão descritos na nota explicativa 12.

##### 2.4.3 Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado.

Conforme mencionado na nota 2.3.2.2, a Companhia utiliza as taxas definidas pela ANEEL para depreciação dos itens do ativo imobilizado por julgar que as mesmas refletem a vida útil desses bens. Entretanto, a Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual

estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das taxas de depreciação estão divulgados na nota 7.

## 2.5 Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis findos em ou após 1 de janeiro de 2018.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

### a) Em vigor a partir de janeiro de 2018:

- CPC nº47 – Receitas de Contratos com clientes

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia realizou uma análise detalhada do impacto resultante da aplicação do CPC 47, incluindo a avaliação dos cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, quais são: (i) identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; (ii) identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato; (iii) determinar o preço de cada tipo de transação; (iv) alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; e (v) reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

Após esta análise a Companhia concluiu, com base em seus critérios de classificação, reconhecimento e mensuração descritos na nota 2.3.5, que não houve impacto significativo na adoção deste pronunciamento, uma vez que toda energia gerada é vendida à Eletrobrás no âmbito do PROINFA.

- CPC nº48 – Instrumentos financeiros

Esta norma substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 trouxe como principais modificações: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (*impairment*) para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo anterior de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) menos rigorosos.

Após análise, a Companhia avaliou que não há impactos significativos em seu balanço e/ou resultado financeiro na aplicação dos requisitos de classificação e mensuração do CPC 48, exceto pela classificação dos ativos e passivos financeiros nas categorias elencadas pela norma.

### a) Em vigor para os períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2019

#### CPC 06-R2 – Operações de arrendamento mercantil (substitui o CPC 06 (R1) e o ICPC 03)

A nova norma traz um modelo único de arrendamento mercantil, baseado no direito de uso do ativo em troca de uma contraprestação, com tratamento semelhante ao arrendamento mercantil financeiro, ou seja, deverão ser reconhecidos ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento não seja significativo. Na prática, as mudanças afetarão especialmente as companhias arrendatárias, sem alterações relevantes nas



## ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

companhias arrendadoras. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia optou por utilizar o método retrospectivo modificado, sem rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção.

Para implementação deste pronunciamento, a Companhia avaliou os contratos de arrendamento existentes e em conformidade com o CPC 06 (R2), optaram por adotar os seguintes critérios: (i) dos contratos que ela detinha o poder de direcionar o uso do bem e (ii) de obter substancialmente todos os benefícios econômicos futuros.

Os trabalhos realizados de avaliação tiveram como base os contratos de arrendamento mercantil de áreas (Terrenos) das PCHs.

Foram identificados 13 contratos aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma. Para esses contratos, a Companhia passará a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhecerá um custo de depreciação/amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Até 31 de dezembro de 2018, os pagamentos eram reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Para determinação do valor justo de arrendamento, aplicou-se uma taxa de desconto de 14,71% a.a., calculada com base na taxa incremental de empréstimos do Grupo Renova, aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia espera reconhecer na mensuração inicial do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, consolidados, em 1º de janeiro de 2019, um montante entre R\$6.789 e R\$7.543.

As seguintes alterações de normas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

### ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Essa interpretação, vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

### Outros pronunciamentos e revisões de pronunciamentos

- CPC 48: Alterações de Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa.

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos, destacados acima, porém não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Bancos conta movimento	5	8
Aplicações financeiras de liquidez imediata	6.902	2.961
Aplicações financeiras	<u>4.214</u>	<u>7.716</u>
Total	<u>11.121</u>	<u>10.685</u>

Apresentados como:

#### Circulante

Caixa e equivalentes de caixa	6.907	7.724
Aplicações financeiras	<u>4.214</u>	<u>2.961</u>
Total	<u>11.121</u>	<u>10.685</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxas que variam de 50% até 84,10% (2017 – de 50% até 69,53%) do CDI – Certificado de depósito interbancário.

### 4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Eletrobras Centrais Elétricas Brasileiras S/A	5.442	5.226

Os saldos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

### 5. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Os saldos apresentados referem-se à aplicação financeira de instrumento de renda fixa, com taxa de 98,36% do CDI, vinculada ao financiamento do Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores.

### 6. TRIBUTOS DIFERIDOS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
PIS diferido	172	139
COFINS diferida	790	643
IRPJ diferido	527	428
CSLL diferida	<u>284</u>	<u>231</u>
Total	<u>1.773</u>	<u>1.441</u>

Os tributos diferidos foram constituídos em função das diferenças entre a energia gerada e a efetivamente faturada. Esses tributos diferidos foram calculados utilizando-se as alíquotas com base no lucro presumido.

#### 6.1 Movimentação dos tributos diferidos

ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

	<u>IRPJ/CSLL</u>	<u>PIS/COFINS</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	803	950	1.753
Movimentação líquida	<u>(144)</u>	<u>(168)</u>	<u>(312)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	659	782	1.441
Movimentação líquida	<u>152</u>	<u>180</u>	<u>332</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>811</u>	<u>962</u>	<u>1.773</u>

7. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação anual	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Reclassificação entre contas	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Imobilizado em serviço									
Custo									
Geração									
Terrenos		595	-	-	-	595	-	-	595
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	95.797	-	-	-	95.797	-	-	95.797
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	46.336	-	-	-	46.336	-	-	46.336
Máquinas e equipamentos	4%	65.037	-	(18)	(7)	65.012	-	-	65.012
Móveis e utensílios	10%	142	-	-	-	142	-	-	142
Equipamentos de informática	17%	247	-	-	-	247	-	-	247
Outros	14%	15	-	-	-	15	-	-	15
Administração									
Equipamentos de informática	20%	18	-	-	-	18	-	-	18
		<u>208.187</u>	-	<u>(18)</u>	<u>(7)</u>	<u>208.162</u>	-	-	<u>208.162</u>
Estoques									
Almoxarifado geral		21	-	-	(21)	-	6	(3)	3
Total		<u>208.208</u>	-	<u>(18)</u>	<u>(28)</u>	<u>208.162</u>	<u>6</u>	<u>(3)</u>	<u>208.165</u>
(-) Depreciação									
Geração									
Reservatórios, barragens e adutoras		(18.880)	(2.012)	-	(277)	(21.169)	(2.241)	-	(23.410)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(10.653)	(1.263)	-	15	(11.901)	(1.264)	-	(13.165)
Máquinas e equipamentos		(17.193)	(2.238)	-	280	(19.151)	(2.013)	-	(21.164)
Móveis e utensílios		(106)	(12)	-	8	(110)	(16)	-	(126)
Equipamentos de informática		(241)	(5)	-	2	(244)	(3)	-	(247)
Outros		(11)	-	-	-	(11)	(2)	-	(13)
Administração									
Equipamentos de informática		(18)	-	-	-	(18)	-	-	(18)
Total		<u>(47.102)</u>	<u>(5.530)</u>	-	<u>28</u>	<u>(52.604)</u>	<u>(5.539)</u>	-	<u>(58.143)</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>161.106</u>	<u>(5.530)</u>	<u>(18)</u>	<u>-</u>	<u>155.558</u>	<u>(5.533)</u>	<u>(3)</u>	<u>150.022</u>

As imobilizações em serviço estão representadas por ativos de geração de energia elétrica das PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2.

A ANEEL, através do ofício 459/2001- SFF/ANEEL, de 26 de junho de 2001, autorizou a dação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Espira no âmbito do financiamento com o Banco do Nordeste - BNB.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil e a depreciação dos ativos de geração do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do ativo imobilizado.

A Companhia procedeu para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a revisão do valor recuperável do seu ativo imobilizado utilizando como premissa o método do valor em uso dos ativos e a taxa de desconto real (WACC) par trazer a valor presente os fluxos de caixa foi de 7%. Como resultado a Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável.

## 8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ativo		Resultado financeiro	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Mútuo <sup>(a)</sup>				
Renova Energia S.A.	47.585	44.009	2.993	2.653
Renova Comercializadora de Energia S.A.	13.962	624	666	28
	<u>61.547</u>	<u>44.633</u>	<u>3.659</u>	<u>2.681</u>
	Passivo		Despesa	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Rateio de despesa <sup>(b)</sup>				
Renova Energia S.A.	1.141	84	(4.293)	(1.557)

a) Mútuo – mútuos realizados com sua controladora indireta Renova Energia S.A. (“Renova Energia”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e com a parte relacionada Renova Comercializadora de Energia S.A. com o objetivo de suprir a necessidade de caixa dessas empresas. Esses contratos estão sujeitos a correção pela TJLP, acrescido de juros de 0,25% a.a.

b) Rateio de despesa - refere-se a reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora indireta Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas, essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.

## REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (b) acima.

## 9. FORNECEDORES

Os fornecedores são formados principalmente por valores gastos com manutenção e custos de operação.

## 10. FINANCIAMENTOS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante	7.101	7.347
Não Circulante	<u>63.587</u>	<u>70.441</u>
Total	<u>70.688</u>	<u>77.788</u>

A Companhia, com interveniência da controladora Enerbras, obteve financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”) em 30 de junho de 2006, no total de R\$120.096. O financiamento possui taxa de juros de 9,5% a.a. (podendo ser reduzido a 8,08% devido a 15% de bônus de adimplência) exigíveis mensalmente no dia 30 de cada mês. O contrato tem vencimento em 30 de junho de 2026.

Nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia cumpriu adequadamente todas as cláusulas e/ou condições dos referidos contratos. O contrato não exige índices financeiros para vencimento antecipado da dívida.

## ENERGÉTICA SERRA DA PRATA S.A.

São garantias deste financiamento a hipoteca de imóveis do Complexo Serra da Prata (R\$150.022), o penhor dos direitos emergentes das Resoluções Autorizativas, o direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, estejam ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo poder concedente à Companhia, no valor de R\$414.355 (que representa os recebíveis calculados até o final do contrato) todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos das respectivas resoluções autorizativas e fundo de liquidez em conta reserva no valor de R\$10.866, em 31 de dezembro de 2018 (nota explicativa 5).

### 10.1 Movimentação:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo Inicial	77.788	84.464
Encargos financeiros provisionados	5.888	6.395
Encargos financeiros pagos	(5.888)	(6.395)
Amortização de financiamento	(7.100)	(6.676)
Saldo final	<u>70.688</u>	<u>77.788</u>

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Valor</u>
2020	7.548
2021	8.022
2022	8.523
2023	9.054
2024	9616
2023 a 2026	<u>20.824</u>
Total	<u>63.587</u>

## 11. CONTAS A PAGAR ELETROBRAS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Eletrobras		
Circulante	13.114	27.383
Não Circulante	<u>20.664</u>	<u>-</u>
Total	<u>33.778</u>	<u>27.383</u>

O contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado entre a Companhia e Eletrobras, estabelece que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da Eletrobras. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente.

### 11.1 Movimentação

	<u>31/12/2016</u>	<u>Provisão</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Provisão</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2018</u>
ELETROBRAS	25.293	5.266	(3.176)	27.383	10.177	(3.782)	33.778

## 12. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS

A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras provisão para compensação ambiental baseado em norma vigente e em estimativas de desembolsos de caixa futuros necessários para cumprir com essa exigência perante aos órgãos reguladores.

## 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 13.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é de R\$87.720 e está representado por 87.810.191, sendo 85.171.811 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 2.638.380 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal, detidas integralmente pela Enerbras Centrais Elétricas S.A.

### 13.2 Destinação do lucro

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os valores apropriados para as reservas de lucros são determinados da seguinte forma:

- a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e
- b) O restante será destinado ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas conforme abaixo especificado.

Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 100% (cem por cento) do lucro líquido do exercício diminuído dos valores destinados à constituição da Reserva Legal. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram propostos dividendos no valor de R\$10.329 (2017, R\$ 11.370):

	<u>31/12/2016</u>	<u>Dividendos</u>		<u>31/12/2017</u>	<u>Dividendos</u>	
		<u>Propostos</u>	<u>Pagos</u>		<u>Propostos</u>	<u>31/12/2018</u>
Dividendos a pagar	5.868	11.370	(2.217)	15.021	10.329	25.350

## 14. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	<u>MWh*</u>	<u>Valor</u>	<u>MWh*</u>	<u>Valor</u>
Geração/disponibilização energia				
Suprimento de energia elétrica	119.970	34.765	118.531	37.765
(-) Impostos sobre receita (PIS/COFINS)		(1.269)		(1.573)
Total		<u>33.496</u>		<u>36.192</u>

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

## 15. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS)

	Consolidado					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo dos serviços	Despesas	Total	Custo dos serviços	Despesas	Total
Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição	(640)	-	(640)	(540)	-	(540)
Taxa de fiscalização	(107)	-	(107)	(98)	-	(98)
	<u>(747)</u>	<u>-</u>	<u>(747)</u>	<u>(638)</u>	<u>-</u>	<u>(638)</u>
Serviços de terceiros <sup>(a)</sup>	(4.268)	(265)	(4.533)	(9.430)	(350)	(9.780)
Depreciação (nota 9)	(5.539)	-	(5.539)	(5.530)	-	(5.530)
Repactuação do risco hidrológico (nota explicativa 1.1)	(1.973)	-	(1.973)	(1.376)	-	(1.376)
Aluguéis e arrendamentos	(1.153)	(148)	(1.301)	(1.244)	(111)	(1.355)
Material de uso e consumo <sup>(b)</sup>	(930)	(49)	(979)	(154)	(26)	(180)
Seguros	(252)	-	(252)	(283)	(4)	(287)
Pessoal e administradores <sup>(c)</sup>	-	(3.715)	(3.715)	-	(1.824)	(1.824)
Outras	-	862	862	-	393	393
	<u>(14.115)</u>	<u>(3.315)</u>	<u>(17.430)</u>	<u>(18.017)</u>	<u>(1.922)</u>	<u>(19.939)</u>
Total	<u>(14.862)</u>	<u>(3.315)</u>	<u>(18.177)</u>	<u>(18.655)</u>	<u>(1.922)</u>	<u>(20.577)</u>

- a. Gasto não recorrente ocorrido em 2017 referente a manutenção do conduto forçado das PCHs Colino I e Colino II, no valor de R\$5.057.
- b. Gasto não recorrente ocorrido em 2018 referente a manutenção de vias das PCHs, no montante de R\$635.
- c. Aumento relacionado a revisão do critério de rateio das despesas realizadas de forma centralizada na controladora indireta Renova Energia.

## 16. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	983	1.498
Juros - mútuo (nota 8)	3.659	2.681
Total das receitas financeiras	<u>4.642</u>	<u>4.179</u>
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (nota 10)	(5.888)	(6.395)
IOF	(7)	(28)
Outras	(14)	(76)
Total das despesas financeiras	<u>(5.909)</u>	<u>(6.499)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(1.267)</u>	<u>(2.320)</u>

## 17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Base de cálculo presumido	34.765	37.765	34.765	37.765
Alíquota lucro presumido	8%	8%	12%	12%
IRPJ e CSLL	2.781	3.021	4.172	4.532
Outras receitas	6.343	4.669	6.343	4.669
Base de cálculo	9.124	7.690	10.515	9.201
Alíquota efetiva	25%	25%	9%	9%
Total	(2.281)	(1.923)	(946)	(828)
Desconto excedente a R\$ 240 ano IRPJ e CSLL no resultado	24	24	-	-
	(2.257)	(1.899)	(946)	(828)

## 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

## a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	8	5	8
Aplicações financeiras	11.116	10.677	11.116	10.677
Contas a receber de clientes	5.442	5.226	5.442	5.226
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	10.866	11.361	10.866	11.361
Partes relacionadas	61.547	44.633	61.547	44.633
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1.733	1.165	1.733	1.165
Financiamentos	7.101	7.347	7.101	7.347
Não circulante				
Financiamentos	63.587	70.441	63.587	70.441



b) Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2018			31/12/2017		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
<b>Ativos financeiros</b>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	5	8	-	8
Aplicações financeiras	11.116	-	11.116	10.677	-	10.677
Contas a receber de clientes	-	5.442	5.442	-	5.226	5.226
<b>Não circulante</b>						
Cauções e depósitos vinculados	-	10.866	10.866	-	11.361	11.361
Partes relacionadas	-	61.547	61.547	-	44.633	44.633
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Circulante</b>						
Fornecedores	-	1.733	1.733	-	1.165	1.165
Financiamentos	-	7.101	7.101	-	7.347	7.347
<b>Não circulante</b>						
Financiamentos	-	63.587	63.587	-	70.441	70.441

A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2018 as alterações do CPC 48, que incluiu novos modelos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os saldos comparativos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão sendo apresentados de acordo com a nova classificação adotada para fins de melhor comparabilidade.

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

O financiamento captado pela Espra possui como contraparte o BNB. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía risco de mercado, uma vez que a taxa do financiamento captado é pré-fixada.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

O fluxo de realização das obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo:

<u>Instrumentos a taxa de juros pré-fixada</u>	<u>De 1 mês a 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 ano a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Financiamentos	1.722	5.379	42.763	20.824	70.688

e) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por um único cliente - ELETROBRAS via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição significativa da Companhia a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 4.

f) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

g) Gestão de capital

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Dívida de financiamentos	70.688	77.788
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>(11.121)</u>	<u>(10.685)</u>
Dívida Líquida	59.567	67.103
Patrimônio Líquido	<u>107.028</u>	<u>106.484</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>56%</u>	<u>63%</u>

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

h) Risco da escassez hidrológica

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição dos respectivos CCVE-PROINFA das usinas da Companhia, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Conforme mencionado na nota 1 duas das três PCHs da Companhia optaram pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio, mitigando assim suas eventuais exposições contratuais.

## 19. COBERTURA DE SEGUROS

O quadro a seguir apresenta os principais valores em risco de operação com coberturas de seguros contratados pela Companhia.

<u>Objeto de garantia</u>	<u>Importância segurada</u>	<u>Vigência</u>	
		<u>Início</u>	<u>Fim</u>
Riscos operacionais	R\$ 72.168	25/10/2018	25/10/2019
Responsabilidade civil	R\$ 30.000	25/10/2018	25/10/2019

## 20. EVENTO SUBSEQUENTE

Em junho de 2019, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração contra a Companhia, tendo como objeto contratos firmados para a prestação de serviços que supostamente não tiveram a sua devida contraprestação do serviço, havendo assim a necessidade de recolhimento de imposto de renda retido na fonte, com valor corrigido e acrescido de multa e juros estimado em aproximadamente R\$1.788. A Companhia decidiu pelo pagamento mediante o parcelamento dos valores autuados junto à Receita Federal para mitigar os riscos tributários decorrentes do citado Auto de Infração.

\* \* \*

Cristiano Corrêa de Barros  
Diretor

Gustavo Henrique Simões dos Santos  
Diretor

Cláudio Ribeiro da Silva Neto  
Diretor

Gina Abreu Batista dos Santos  
Contadora CRC 027321-O-BA